

A ultima fala do sr. ministro das finanças

O sr. ministro das finanças estavel e a economia portugueza atravessa uma crise que mais se agravará nos tempos mais proximos; que o problema social deriva dos dois, atribuindo-lhe certa gravidade, esclarecendo que a moeda desvalorizada faz viver algumas classes das economias das outras, e acrescentando que o operario portuguez não pode ser satisfeito nas suas legitimas reclamações e que ele, operario, só é ótimo, quando se lhe não exija preparação tecnica; que o problema, politico, com a paz social, pelo menos, se resolveria com facilidade.

Desde o advento da Ditadura assim sempre se tem procedido. Ao parlamento estabelecido na Constituição, suspensa, sucederam-se as assembleias militares. Perante elas os ministros expõem os seus planos e avaliam da confiança em que são tidos. É natural, visto o governo, mesmo depois da ultima eleição Presidencial, não poder ser considerado, senão como simples mandatario da força publica, que ainda se julga no dever de continuar centralizando em si todas as faculdades que o direito publico reclama para a boa direcção do Estado.

De tal modo e dentro da oportunidade, que é bem de presumir, o sr. dr. Oliveira Salazar falou de novo ao exercito. Curioso é notar que sua ex.^a logo de começo, entendeu dever pedir aos assistentes, «que se esquecessem de que eram militares, como ele se esquecia de que era ministro, para lhes dizer «certas verdades necessarias».

O sr. ministro das finanças tinha bem presente o conceito que aconselha a não proferir todas as verdades, mas a sua corajosa sinceridade venceu todos os receios para solenemente declarar:

«Estamos numa má situação. Disse isto ha muito tempo e é verdade. (A reportagem de «O Primeiro de Janeiro» de que nos estamos socorrendo, não diz que houvesse aplausos). Este mal estar desdobrou-se em quatro problemas: financeiro, economico, social e politico. Vou explicar»:

Explicou, dizendo serem «dados essenciaes» (sic) do problema financeiro, o deficit cronico — sua ex.^a esqueceu-se de que já na vida da Republica deixou de existir — sem contrapartidas em obras, divida flutuante exagerada. Por ele se deve começar a resolução do grande problema nacional. Que o problema economico não pode ter solução sem que o precedente esteja resolvido, pois não é possível constituir uma economia sem moeda

Eis, em sumula, a explicação, dada pelo sr. ministro ás certas verdades necessarias.

Os nossos leitores tudo devem ter perfeitamente compreendido, mas é bom que saibam, que o sr. dr. Oliveira Salazar ainda declarou, que não estava autorizado a tratar do problema politico, mas elucidando, contudo, que a politica do governo, no momento, se encontrava toda em volta do seu esforço financeiro, *escrevisando hoje tudo á realização do equilibrio orçamental.*

Para isso era preciso poupar, poupar em tudo, visto que ele, dentro das suas atribuições, apenas podia cortar. E assim, num grande élan da sua bem energica sinceridade, voltando-se para os assistentes, que eram os comandantes das unidades militares, de Lisboa, disse:

Poupem v. ex.^{as} o mais que puderem. O ministro das Finanças é que não pode, por ele, fazer economias. Pode apenas fazer uma coisa muito diferente: cortes. Economisem os senhores todos na gasolina dos automoveis, no papel do expediente. Se os senhores não quizerem colaborar comigo, que faço eu? Corto! Mas então é muito peor porque no fundo é o Paiz que sofre com o desaparecimento e com a inutilização de serviços.

Não se pode ser mais claro e até minudencioso, pois nem a gasolina e o papel de expediente deixaram de ser lembrados.

É que o sr. ministro das finanças, conforme mui altaneiramente acentuou, logo de entrada, representava «a verdade contra a mentira, o bom senso contra a grandiosidade de pla-

Varias notas

CHEGOU-SE, finalmente, á completa constituição do ministério. Ha cerca de dois meses que o quadro governativo aguardava o seu definitivo preenchimento. Não admira. A selecção das competencias é sempre difficil e, afinal, tout est bien ce que finit bien. E que o caso acabou bem, não deve oferecer duvidas, visto o sr. engenheiro Bacelar Babiano sentir-se mais colonial do que metropolitano e, assim, ficar na pasta das Colonias, deixando a do Comercio, de que era titular efectivo, ao seu colega profissional, sr. José Dias de Araujo Corrêa, o qual, como disse no acto da posse, não fôra colhido de improviso para aquele logar, pois ha muito pensava na possibilidade de o vir a ocupar.

Ao que parece, tudo ficou, pois, devidamente arrumado, tendo sido bem satisfatoriamente aproveitada a aptidão, que tão francamente se preconisa.

O novo ministro do comercio declarou que lhe mereciam «in-nos que se limitaram a ficar em começo»

E, assim, se ficou sabendo por tão desassombradas, como catedráticas afirmações: que estamos numá má situação; que ha quatro problemas primaciaes a resolver; que o governo tudo escravisará ao equilibrio orçamental; que é preciso poupar; e que a não serem efectuadas as economias indicadas, o sr. ministro avançará nos cortes, pois em vigoroso remate disse:

—«O sofrimento é indispensavel para resolver os problemas que a largos traços apontei. É uma ascensão dolorosa esta de um novo calvario. Podem os homens morrer no cimo; mas creiam que é assim que as patrias se redimem.»

Novo apostolo da redenção nacional, o sr. dr. Oliveira Salazar, assim como, ao contrario de Cristo no Templo, quando logo ao começo da Ditadura sobraçou a pasta que hoje gere, não conseguiu confundir os seus colegas, tambem agora poderá tornar-se vítima da hipotrofia das proprias convicções, e, em vez de levar os homens ao Calvario que lhes admite, vir a ser sua ex.^a o novo crucificado.

Mas, enfim, é bom ir preparando, porque a morte dos homens bem pode acompanhar a dos deuses, em varios tempos sucedida.

teira e fundamentada concordancia os pontos de vista contidos nas medidas do seu colega das finanças. Não fez qualquer outras referências á politica do gabinete, quasi se esquecendo, que á frente do governo está o sr. Vicente de Freitas e não o sr. dr. Oliveira Salazar.

Mas isso, que bem pode considerar-se de mera diontologia ministerial, pouco preocupa. O que interessa, é registar que o sr. Araujo Correia, com todo o «trabalho paciente de recolha de elementos dados pelos homens mais competentes de Portugal», queo fez candidato consciente á pasta que gere, não limitou a sua concordancia ás medidas financeiras, mas especialmente aos pontos de vista nelas contidos.

Esses pontos de vista conhecem-nos perfeitamente os nossos leitores, pois os temos posto em boa evidencia, e hoje mesmo o fazemos no artigo editorial, ao darmos o melhor relêvo que podemos á ultima fala do sr. dr. Oliveira Salazar. Esses pontos de vista são, acima de tudo, como sintese maxima e perentoria de toda a obra de preconizada redenção, os cortes.

Para um ministro do comercio, tais pontos de vista, lá nos parecem demasiado antagonicos com a propria função, que é essencialmente de fomento; e fomentar, cortando, não se nos afigura facil.

Enfim, aguardemos, pois quem com isso concorda, tambem afirma saber.

O sr. General Carmona foi a Vizeu inaugurar uma cabine telefonica e colocar as insignias de Torre e Espada no estandarte dos bombeiros voluntarios daquela cidade, assistindo ás festas que ali se realisavam.

Foi acompanhado pelos srs. ministros da justiça e dos estrangeiros.

Não eram estes membros do governo os mais indicados para fazerem sequito ao chefe do Estado, visto os actos que motivaram a visita Presidencial, em coisa alguma dizerem respeito aos departamentos daqueles referidos titulares.

Aos srs. ministros do interior (até por ser presidente do ministerio) do comercio e da guerra, sim, era a quem mais logicamente incumbia aquela missão.

Entretanto, surgem por vezes casos, que até obrigam a quebrar a boa harmonia protocolar.

Este numero foi visado pela Commissão de Censura

RECORTES

De relance...

Com vista á
Ex.^{ma} Camara

A *Estrela do Minho* vem publicando artigos contra a tuberculose, de que recortamos:

Deve fazer-se guerra a todos os productos suspeitos, mas sobretudo ao escarro. Este não sómente é peifigoso para as pessoas sãs, mas tambem para os proprios doentes, a quem vai reinfectar. É a principal medida profilatica a estabelecer será aconselhar ou proibir, a todos, que escarrem ao chão.

Ninguém deve escarrar ao chão, particularmente os enfermos. Estes devem expectorar sempre num escarrador proprio (de quarto, de bolso, etc.), contendo um liquido desinfectante (soluções alcalinas de formol, de lisol, etc.) As soluções do formol teem uma acção eficaz, rapida, comodidade e simplicidade de emprego, preço pouco elevado, ausencia de cheiro e de poder intoxicante.

Ninguém têm o direito de escarrar ao chão sob o pretexto de que não é doente. Não tem a autoridade para o dizer, nem escarrando ao chão, o direito de o fazer, principalmente diante dos outros, porque pratica um acto repugnante.

Nas estações climatéricas da Suíça, é severamente prohibido escarrar ao chão. Os que prevaricam são castigados com pesadas multas.

Numa dessas estações, foi punido um soldado, pela autoridade sanitaria, com 15 dias de prisão por ter expectorado na rua, e a sentença foi lida durante varios dias nos diferentes estabelecimentos da região.

Se se atendesse a esta e tantas outras instruções que os mestres recomendam, o terrível mal não estaria tão desenvolvido na sua expansão assoladora.

O JANTAR DE HOMENAGEM
AO

Comandante dos Bombeiros

Conforme noticiamos no numero passado, realisou-se no sabado o jantar de homenagem oferecido ao sr. Manoel Pereira Esteves, dignissimo 1.º comandante dos Bombeiros Voluntarios desta vila.

Por absoluta falta de espaço e por ainda não chegar a tempo de se inserir neste numero um cliché de uma fotografia tirada no Rio de Janeiro, com figuras valiosissimas de verdadeiros e sinceros amigos dos nossos Bombeiros, deixamos para o proximo numero de domingo o relato do que foi tão imponentissima e simpatica festa.

AVISO

Do comando militar da cidade de Braga foi fornecido aos jornais daquela cidade, no domingo, o seguinte aviso:

«São por este meio avisados para se apresentarem immediatamente, no comando Militar desta cidade, para tomarem conhecimento de um assunto que lhes diz respeito, todos os officiais de Quadro de Reserva, Reformados e do Quadro da Arma, que se encontram apresentados no referido Comando».

Segundo lêmos noutros jornais, esta medida foi geral em todo o paiz.

EX.^{mo} SR. LUIZ COELHO

Quando tratamos um assunto e a ele se nos responde com certa correcção, não lhe regatiamos as novas observações que porventura, indispensaveis se tornem. E' o caso em que está uma carta endereçada a este jornal pelo professor primário, sr. Luiz Coelho cumulativamente, presidente da comissão local dos Bens das Igrejas.

Quando dizemos cumulativamente, não queremos, Deus nos livre, julgal-o incluído na lei das incompatibilidades.

De resto, nunca ninguém esteve tão a proposito para dirigir interesses de padres como o distinto professor, pois a sua abundancia fisica de nédio cidadão muito se aproxima da dos Santos varões da Igreja.

Vae permitir-nos o illustre professor, por quem temos uma enorme simpatia, procedente do seu espirito republicano e do seu bondoso genio de pacifista, que lhe recordemos que nós, apenas, nos limitamos a constatar o que em publico se dizia e em chamar para os casos apontados as atenções de quem de direito.

Com isto, crêmos nós, prestamos um bom serviço á Comissão de que o sr. L. Coelho é presidente, livrando-o da tal *camisa de onze varas* em que poderia, de boa-fé, sêr envolvida.

Agora perguntamos: e teriamos nós razão?

Responde o sr. L. Coelho na sua carta:

«Podem ter havido inexactidões nas informações que nos eram solicitadas sobre os diversos passais requeridos, porque, até 15 deste mês, socorria-se esta Comissão Concelhia, para obtenção dessas mesmas informações ou dos proprios interessados, ou de pessoas que lhe pareciam conhecer convenientemente os mesmos prédios. Hoje já isto não acontece, porque foi esta Comissão obrigada a, directa e rigorosamente, proceder a todas as diligencias que se relacionem com os mesmos passais, estando-lhe abonados os respectivos transportes pela Comissão Central».

Não é, de facto, uma resposta correcta; mas é habilidosa e inteligente.

Contudo, não nega que tenha havido inexactidões na medição das areas de alguns passais, confessando até a formula pouco aceitavel da colheita de informações, partindo até dos proprios interessados.

Desculpe o sr. L. Coelho que lhe contestemos a parte em que diz que afora a Comissão da sua presidencia foi obrigada a fazer directamente a medição dos passais. Não. Isso não é de agora. Foi sempre assim. E se no espirito do distinto professor alguma

duvida existir a tal respeito, consulte os seus superiores hierarquicos que lhes prontamente o informarão d'esta verdade.

Creio que, se assim escrevemos, é porque ainda ha dias, estando no M. da Justiça, ali fomos incidentalmente abordados sobre este caso e tal asseveração nos foi confirmada.

Diz ainda o simpatico professor na sua carta:

«Contudo, não tem esta Comissão duvida em proceder immediatamente á medição daqueles sobre os quais já se pronunciou, informando a Comissão Central de qualquer irregularidade que porventura possa encontrar.»

Quem assim se pronuncia, reconhece que, realmente, existem deficiencias em anteriores medições a que não são estranhos os passaes de Alheira e Tregosa, segundo é voz publica.

Aqui, como já afirmados, não se fizeram concretas acusações; mas, sim e unicamente, nos tornamos eco do que em publico se dizia. Feliz nos consideramos hoje, por ver que, da leitura da carta do conspicuo professor, se deduz a confirmação das nossas simples referencias.

Temos por habito fazer justiça a todos e, por isso mesmo, não pomos duvida em prestar aqui as nossas homenagens aos illustres membros da Comissão local dos Bens das Igrejas. Unicamente divergimos do criterio que confessam ter adoptado, prestando a nossa pena muito modesta a chamar as suas atenções para casos que eram reputados como manifestas irregularidades.

Mas, afinal, e dadas estas explicações necessarias, concluímos que, no fundo, estamos todos de acordo. O nosso desejo é que todos os passaes fossem medidos com metódico e indiscutível rigor. A comissão isso mesmo quer e afirma.

Estamos satisfeitos.

Todavia, consinta o sr. L. Coelho que lhe citemos aqui uma anedota passada com um seu colega escolar.

Um dia, na aula, um professor diz para os alunos: «Já vejo que não entenderam a pergunta. Vou-me explicar melhor. Aqui está um pecego. Corto-o em quatro partes. Como uma; depois a segunda; depois a terceira; depois a quarta... O que resta? A aula toda em côro:—O CAROÇO».

Não esqueça, pois, o distinto professor sr. L. Coelho, pessoa inteligente mas bondoso em excesso o caso desta anedota, não vá succeder o mesmo com a area dos passaes.

FLOR DO TOJO

Neste momento em que se procura engrandecer a nossa linda terra, com vários melhoramentos de vulto que muito contribuirão para o seu progresso e embelezamento, é nosso dever salientar uns pequeninos nada que, apesar de pequenos, ressaltam á vista das pessoas que nos visitam e até dos proprios naturais.

Está neste caso a iluminação do nosso jardim publico, recinto aprazível e frequentadissimo na quadra canicular em que entramos.

A iluminação que actualmente possui é, alem de reduzidissima, bastante fraca, dando ao local um aspecto triste e contribuindo dessa forma para que a frequencia não sêja maior ainda.

Entendemos que, sem grande dispendio para o Municipio, o mal pode sêr remediado, utilizando-se, como já em tempos se pensou, os candieiros ali existentes em beneficio mesmo da propria estética.

O arruamento central deve sêr profusamente iluminado com lampadas de maior potencia, sem contudo continuarem ás escuras os arruamentos laterais.

Para este assunto chamamos a especial atenção do sr. vereador do respectivo pelouro, sr. tenente Julio Faria, na certeza de que do seu espirito esclarecido e boa vontade em servir Barcelos, insofismavelmente demonstrado em todos os seus actos, alguma coisa se fará neste sentido a bem da nossa terra.

Uma travessia pelo Atlantico
por dois portugueses

Dizem os jornais da capital que os dois portugueses José Lourenço Sintra e Manoel Correia dos Reis, residentes nos Estados Unidos (Newark), vão tentar, em principios de Julho, a travessia do Atlantico com 14.000 milhas, num pequeno barco, do tipo das canoas de pesca.

Esse pequeno barco terá 9 metros de comprimento e 3 de largura e não será provido de qualquer motor.

Na sua unica vela triangular, levará a Cruz de Cristo, emblema que tambem será pintado no casco.

Os dois marinheiros serão portadores de mensagens das autoridades do Newark para as autoridades portuguesas, espanholas e brasileiras.

O itinerario dos nossos arrojados compatriotas será o seguinte:

Newark, Horta, Ponta Delgada, Vigo, Viana do Castelo, Porto, Aveiro, Figueira da Foz, Lisboa, Lagos, Madeira, Canarias, Cabo Verde, Fernando Noronha, Pernambuco, Baía, Vitoria e Rio de Janeiro.